
Medidas e Metas para a Educação

Afixado por Margarida Pires - 09/06/06 00:06

Esta árvore discute o conteúdo do artigo: Medidas e Metas para a Educação

Quanto a mim existem três alterações no sistema de ensino que devem acabar:

1. Disciplinas apenas uma vez por semana. É preferível ter 45 mais 45 do que uma vez 90 minutos. Música, Inglês, História, Educação Física, e mesmo Formação Cívica ou Estudo acompanhado. Não tem sentido uma vez por semana.
2. Turmas com 28 alunos. Resolvia-se o abandono e o insucesso com turmas de 20 alunos (máximo de 25 alunos!!)
3. Três blocos de 90 seguidos. Dantes, com aulas de 50 minutos, em 5 horas, os alunos tinham 250 minutos de aula (efectivamente 225 pois todas as aulas tinham 5 minutos de tolerância) e 50 minutos de intervalo. Agora, nas mesmas 5 horas, têm 3 blocos de 90 minutos. São 270 minutos de aula com 30 minutos de intervalo. É absolutamente desumano. Os alunos necessitam de mais tempo de intervalo para que se possam empenhar, com qualidade, no tempo lectivo. Nós adultos e motivados, quando vamos a um congresso/ acção de formação, só temos dois tempos de 90 minutos com 30 minutos de intervalo, antes do almoço. É assim que deveria ser. À tarde, novamente dois blocos de 90. O que se passa é que tanto os professores, como os alunos (e seus pais) consideram que é qualidade ter as aulas todas só de manhã e acabar a escola cedo. Isso tem os seus custos.

As aulas teriam uma lógica de 2 horas e os intervalos seriam geridos caso a caso nomeadamente com o Conselho de turma, os alunos e os Encarregados de Educação.

Entravam às 9h e saíam às 17. Blocos às 9.00/10.30, 11.00/12.30, 13.30/15.00 e 15.30/ 17.00 horas.

Talvez menos adolescentes fossem em jejum para a escola os primeiros 90 minutos...e intervalos de 30 minutos já dá para comer, ir à casa de banho e jogar Basquetebol, Futebol ou Ténis de Mesa... conversar e fazer amigos.

Para além de ser professora de Educação Física sou mãe de três filhas:

- uma no primeiro ano do primeiro ciclo na EB1 António Rebelo de Andrade;
- um a no primeiro ano do segundo ciclo na EB23 Conde de Oeiras;
- uma no primeiro ano do ensino secundário na ES Sebastião e Silva.

Sou Margarida Cristina de Sá Pires, professora do quadro da ES Luís de Freitas Branco e estive este ano lectivo destacada por aproximação na ES Quinta do Marquês.

Re:Medidas e Metas para a Educação

Afixado por ruis - 13/06/06 23:06

Subscrovo inteiramente a sua posição: as disciplinas com apenas 90 minutos semanais deveriam ser novamente desdobradas; isto tem uma lógica, que reside também no facto de os conhecimentos requererem amadurecimento, reflexão, confronto com o quotidiano... sobretudo nas disciplinas teóricas. Quanto ao outro aspecto, já manifestei aqui neste fórum a minha posição de que os alunos precisam de tempo para socializar, para conviverem, sobretudo numa fase da sua formação em que são tão importantes as relações sociais. Também o colega Luís Ladeira referiu e muito bem que a escola não é diferente do resto da sociedade; é um espaço onde os jovens ensaiam o futuro, local de aprendizagens múltiplas, não apenas de conteúdos curriculares.

Re:Medidas e Metas para a Educação

Afixado por Quiron - 17/06/06 21:06

Temos a tentação, a que o próprio governo está longe de ser imune, de tentar resolver os problemas da educação com medidas avulsas. Compreende-se : também os problemas são avulsos, e são de tal maneira numerosos que a própria ideia de os ordenar por prioridades nos deixa com a sensação que estamos a ignorar coisas que não podem ser ignoradas.

E contudo há duas medidas sem as quais tudo o que se fizer em educação, por mais revolucionário ou corajoso que pareça e por mais votos que renda ao partido do governo, será mero paliativo lampedusiano.

Para inverter os efeitos da filosofia da educação delirante que está na base das nossas políticas educativas*, e para trazer de novo as escolas às funções que lhes competem, é preciso antes de mais nada criar, ou permitir que se crie, uma Ordem dos Professores; e em segundo lugar extinguir o Ministério da Educação, distribuindo as suas competências,

segundo o princípio da subsidiariedade, por autoridades educativas regionais e locais** e pelas próprias escolas.

A ideia duma Ordem dos Professores assusta muita gente. Assusta em primeiro lugar o Estado, que não quer enfrentar a concorrência de mais uma «corporação». Assusta os sindicatos, que não querem uma estrutura representativa de professores que desloque a actividade reivindicativa do campo estritamente laboral para o campo da cidadania e da utilidade pública. Assusta uma esquerda, que vê nela uma manifestação de elitismo. E assusta uma certa direita, que não reconhece direito de cidade a qualquer parcela da sociedade civil que não sejam as empresas.

Conviria reconhecer, no entanto, que as corporações, quando expulsas pela porta, voltam a entrar pela janela. Não é por não haver uma Ordem dos Professores que a corporação deixa de existir. Simplesmente, em vez de existir onde faz falta, existe onde é mais nociva: na direcção das escolas e na pesadíssima burocracia do Ministério.

Para que serviria a Ordem? Para certificar, na sequência de provas adequadas e por meio duma carteira profissional, a aptidão dos candidatos à profissão. Para criar um código ético e deontológico para a profissão que vinculasse os professores não só pela obediência, mas pela vontade; para definir, tendo em conta esse código, as tarefas próprias da profissão; para defender os professores contra solicitações ou ordens do poder público ou dos poderes privados que fossem eventualmente incompatíveis com a sua função na sociedade; e para elevar os professores da condição de funcionários à condição muito mais exigente de profissionais

Quanto à extinção do Ministério, é desde logo uma questão do mais elementar bom senso. Quando se sabe que uma percentagem elevadíssima do orçamento da educação vai para pagar vencimentos, é criminoso que tantos desses vencimentos sejam pagos a burocratas que nunca deram uma aula - ou pior, que deram, não gostaram, e procuraram refúgio onde nunca mais tivessem que dar nenhuma.

Ficaria tudo resolvido com estas duas medidas? Nem por sombras. Mas nada ficará resolvido sem elas.

Há, porém, muitas medidas avulsas que poderiam e deveriam ser tomadas, das quais, ressaltando o que escrevi acima, passo a indicar algumas:

1. Responsabilização dos alunos em matéria disciplinar. Os professores e os funcionários deviam ter o poder de punir, sem complicações burocráticas, um aluno que lhes respondesse torto ou que batesse num colega - sem falar em actos mais graves como boicotes à aprendizagem, roubos, extorsões, campanhas de terror, e actos de vandalismo. Se o encarregado de educação do aluno não concordasse com a punição aplicada, poderia recorrer dela: então, e só então, haveria lugar à abertura de processo, investigação formal, recolha de provas, audição de testemunhas, e a todos os outros procedimentos destinados a assegurar os direitos de defesa do aluno.
2. Responsabilização dos encarregados de educação pela assiduidade e comportamento dos seus educandos. As faltas disciplinares deviam ser repostas. Os encarregados de educação deviam perder o direito de justificar faltas. Sempre que um aluno tivesse uma falta de presença injustificada ou uma falta disciplinar (injustificável por natureza) o encarregado de educação devia ter que pagar uma coima. Na Suíça, onde leccionei, essa coima era de 100 CHF no cantão onde vivia - o equivalente a 65€. Dada a diferença nos níveis de vida, acho que 20€ seria uma quantia razoável para Portugal. No caso de não concordar com a coima, o encarregado de educação poderia interpor recurso mediante o depósito em dobro da quantia em causa, recebendo tudo em caso de decisão a seu favor e perdendo tudo em caso de decisão a favor da escola. Se no fim do ano lectivo houvesse coimas por pagar, seria vedada ao aluno a frequência da mesma escola no ano lectivo seguinte.
3. Escolha livre da escola por parte dos encarregados de educação, sujeita porém aos resultados obtidos pelo aluno nos anos anteriores. Não faria sentido que a um aluno mal classificado numa escola de baixo nível de exigência fosse permitido frequentar no ano seguinte uma escola caracterizada por um nível de exigência alto.
4. Substituição das reprovações e das retenções pela mudança de escola: um aluno com más classificações frequentaria o ano seguinte numa escola com um nível de exigência mais baixo, um aluno com classificações altas teria acesso a uma escola mais exigente, e um aluno com classificações médias continuaria no nível em que estava.
5. Fim das disciplinas de banda estreita. A função das escolas generalistas não deve ser o fornecimento de competências profissionais muito específicas, mas sim o fornecimento de competências gerais - domínio da língua materna, articulação do discurso e do pensamento, inglês, matemática, uso de certos instrumentos transversais a quase todas as actividades profissionais, culturais ou lúdicas - como o automóvel e o computador - e bem assim um domínio razoável do método científico de validação do conhecimento.
6. Separação - não necessariamente geográfica - entre as escolas do ensino básico e as do ensino secundário.
7. Impedimento de matrículas no ensino secundário em disciplinas a que o aluno tivesse tido média inferior a 3,5 no terceiro ciclo do ensino básico.

- 8.Exames de admissão ao ensino secundário, a cargo das respectivas escolas.
- 9.Formação profissional obrigatória para quem ficasse impedido de frequentar o ensino secundário por força do disposto nos dois números anteriores.
- 10.Exames nacionais finais em todos os ciclos (desburocratizados, porém, e reduzidos a uma só chamada, uma só época e uma só versão para cada nível de cada disciplina, de modo a não ocupar com exames o tempo que as escolas devem dedicar ao ensino). Destes exames ficariam dispensados os alunos que, tendo concluído a frequência do 3º ciclo, se inscrevessem nos exames de admissão ao ensino secundário, de modo a que não houvesse duplicação de exames.
- 11.Exames de admissão aos estabelecimentos de ensino superior (a cargo destes).
- 12.Criação de escolas profissionais em grande número.
- 13.Férias escolares mais curtas e mais frequentes, calculadas de modo a que o número anual de semanas lectivas crescesse mas a duração dos períodos lectivos diminuísse.
14. Utilização de outros edifícios públicos ou, mediante contrapartida, privados, para a realização de exames e outras tarefas para-escolares que pudessem interferir com o calendário lectivo dos estabelecimentos.
- 15.Obrigatoriedade de boas condições de trabalho e conforto nas escolas. Abaixo de certas temperaturas ou acima de certas temperaturas, ou em condições insalubres ou de falta de higiene, as aulas deviam ser suspensas ou mesmo, nos casos mais graves, a escola definitivamente encerrada.

Estes são só alguns exemplos avulsos de coisas que seria possível fazer. Mas repito; nada disto fará grande diferença sem uma Ordem dos Professores e sem o desmantelamento da burocracia administrativa que sufoca o ensino. O Ministério da Educação é parte do problema, e dele nunca virá a solução.

*E não só das nossas, muitos outros países sofrem do mesmo mal.A Áustria, a Suíça e a Alemanha parecem relativamente imunes, provavelmente porque nos seus sistemas políticos não há Ministérios da Educação nem entidades equivalentes a nível nacional.

**Que tal se tivéssemos em cada autarquia um Provedor das Escolas eleito por sufrágio universal?

Re:Medidas e Metas para a Educação

Afixado por abelarez - 18/06/06 13:06

concordo absolutamente convosco quanto à 3ª questão levantada pela margarida acerca do excesso de carga horária e falta de tempo de descanso/socialização na nossa escola; quantos profissionais adultos trabalham entre as 8h15 e as 13h15 com apenas 2 períodos de 15 minutos de pausa? e desses quantos o fazem sem ir conversando com o colega do lado, permanentemente concentrados? o primeiro herói que atire a pedra; estamos, claramente, a pedir aos nossos alunos aquilo que nem nós conseguiríamos fazer.

Não posso, contudo, concordar com a primeira afirmação assim de forma tão taxativa. Sou professor de música, e o tipo de trabalho que desenvolvo com os meus alunos não é, de todo, compatível com aulas de 45 minutos. Já passei por essa experiência e concluí rapidamente que essas aulas me obrigavam a desenvolver um trabalho quase exclusivamente teórico e empobrecedor, que tem muito pouco interesse para o que faço.

Passei inclusive pela experiência de ter no mesmo ano e na mesma escola turmas com 2x45 minutos e outras com 1x90 por conveniências de horário e posso garantir que isso se reflectiu muito no forma como trabalhamos termino com uma interrogação acerca da segunda afirmação: em que dados se baseia para afirmar tal coisa? parece-me leviana a afirmação, tanto mais quando sabemos que o abandono tem, infelizmente, causas muito mais profundas que o tamanho das turmas.

Re:Medidas e Metas para a Educação

Afixado por ruis - 20/06/06 00:06

Bem, abelarez, a falar é que nos entendemos e ainda bem que surgem outras opiniões com os respectivos argumentos:

a disciplina que lecciono é teórica, e nos níveis em que a carga horária semanal é reduzida torna-se mais proveitoso o desdobramento, pelos vistos nos caso da Educação Musical não será assim. Provavelmente existe investigação sobre o assunto que deveria ser localizada e estudada em função do nosso sistema educativo; melhor ainda, não disporemos de investigadores na área das Ciências da Educação que possam organizar e coordenar uma pesquisa sobre esta e outras matérias, com utilidade para o nosso sistema educativo? Quiron, a questão das medidas avulsas resulta da incapacidade, ou falta de vontade, que sucessivos executivos têm demonstrado em rever o nosso sistema educativo; se calhar estava na hora de os governos se deixarem de medidas políticas, a aplicar durante uma legislatura, e comesçassem um trabalho de fundo no sentido de efectuar uma revisão/reforma total ao sistema, mesmo que tal implicasse a continuidade do trabalho na legislatura seguinte.

=====

Re:Medidas e Metas para a Educação

Afixado por map - 22/06/06 09:06

Em geral concordo com as medidas defendidas, mas não pense que poderão ser adoptadas. O objectivo é "dizer" que aumentamos o nível de escolaridade dos portugueses. Assim, continuaremos na mesma! Não se defende qualidade e exigência! Brevemente desisto de lutar! Sinto-me só!

Item editado por: mariamatos, em: AM/06/22 10:06

=====

Re:Medidas e Metas para a Educação

Afixado por Margarida Pires - 22/06/06 22:06

Não percebo muito bem como isto funciona. Acho que tem bonecos de mais. Nunca gostei de misturar brincadeira com trabalho. Até me irrita.

Não consigo saber que alguém vai desistir e se sente só, sem dizer nada. Estou farta de afirmar que é verdade que existem maus professores mas que são uma clara minoria. Talvez seja por isso que sobressaem tanto.

Tentando não personalizar o diálogo e introduzindo algo ao fórum, gostaria de salientar o facto deste fórum estar muito pouco divulgado. Se o Ministério da Educação está interessado num debate alargado de forma a recolher contributos para melhorar a Educação, não lhes parece que o mínimo que poderia fazer era divulgar mais esta iniciativa?

=====

Re:Medidas e Metas para a Educação

Afixado por ikhm0001 - 25/06/06 22:06

Caros Colegas,

Sendo certo que alunos devem ir acumulando as competências durante o seu percurso escolar, devemos reconhecer que com o ensino que estamos a praticar na escola primária, deixamos uma grande parte dos mesmos sem as competências – chave imprescindíveis no resto do seu percurso, nomeadamente, sem a competência de ler e perceber o lido, e sem a competência de saber fazer contas de cabeça. Suponho que é desnecessário repetir que o Português e a Matemática são o fundamento de todo o resto. :)

Para o aluno poder adquirir a primeira, devemos proibir oficialmente o uso do método visual no ensino de leitura – p.f. veja a minha contribuição ao tópico de "Aprendizagens básicas" no fórum "qualidade e equidade em educação".

Quanto a segunda, devemos proibir completamente o uso nas aulas das máquinas de calcular, que poderão ser introduzidas quando fosse necessário para as aulas de física e química, no 8º ou 9º ano, e são desnecessárias antes disso.

Para desenvolver a capacidade de cálculo mental, deve ser exigido aos alunos da escola primária o bom conhecimento da tabuada (devem decora-la, outro remédio não há). Além disso, devem os alunos ser obrigados de decorar os poemas nas aulas de Português, como antigamente, tanto ajuda a desenvolver a cultura de cada um, como a memória.

Com competências sólidas em leitura – digamos, 100 palavras por minuto no 2º ano da primária, competências suficientes em matemática, e memória razoavelmente desenvolvida, o aluno terá um sucesso bem melhor nos ciclos a seguir, e não ia perder tão cedo o interesse à aprendizagem.

Quanto às propostas de alterações concretamente feitas, acho que as mudanças não devem ser feitas com tanta frequência – devemos é esperar vários anos para ver se a situação vai melhorando ou não. Melhor é não alterar nada durante algum tempo para perceber o que se passa – os resultados aparecem em cerca de 5 ou 10 anos, caso temos feito as alterações ao nível dos ciclos, ou na primária.

Cumprimentos de um professor e pai de quatro filhos.

=====

Re:Medidas e Metas para a Educação

Afixado por movalente - 05/07/06 23:07

Acho que sim e talvez sugerir um dia D para pôr alunos e professores a trabalhar na elaboração de contributos para este fórum,

=====

Re:Medidas e Metas para a Educação

Afixado por Marcelo Teixeira - 10/10/06 21:10

No contexto atual da educação superior Portuguesa, referencia-se a difusão da informação e do conhecimento por meio das novas ferramentas de ensino on-line, cada vez mais incentivadas e utilizadas nas universidades, e apontadas por muitos autores como uma alternativa para o futuro do ensino superior em Portugal. As principais razões, para tal afirmação, apoiam-se na suposição de que as novas tecnologias aplicadas à educação resolveriam os problemas de deslocamento, tempo e distância geográfica, associados aos métodos tradicionais de ensino.

O fato é que, com o ensino à distância, as universidades públicas e privadas partilham de um cenário de desafios, precisamente, por causa de uma crescente competitividade nacional no âmbito acadêmico, cada vez mais acirrada baseada em conhecimento científico e tecnológico. Tendo em vista a existência de um público estudantil mais exigente e consciente das mudanças tecnológicas, a competitividade força cada instituição de ensino superior à procura de maior diferenciação, quanto a formas inovadoras de utilização de novas tecnologias aplicadas ao processo de ensino-aprendizagem.

Por outro lado, na aprendizagem, a importância da aplicação dos recursos informáticos na comunicação educativa e didática dependerá diretamente das competências do educador na escolha de metodologias, métodos, e técnicas que melhor atendam às necessidades do aluno.

Além do mais, a postura pró-ativa do educador, quanto às novas e modernas práticas pedagógicas, incluindo a difusão do “Life-Long Learning” (Aprendendo ao Longo da Vida - novo termo usado em universidades públicas e privadas no mundo), é um fator determinante à oportunidade de se construir universidades modernas, de qualidade e equivalentes aos padrões de concorrência internacional, em todas as áreas de estudo.

=====

Re:Medidas e Metas para a Educação

Afixado por Naifer - 17/10/06 20:10

Uma já muito longa carreira, iniciada ainda antes do 25 de Abril de 1974, carreira que me levou, como a muitos, a calcorrear os quatro cantos do país e a sacrifícios sem conta, deram-me, a par de alguns dissabores, mas também alegrias (o professor também as tem, com os seus alunos, a quem se devota e dedica todo o seu esforço), uma experiência grande e, sobretudo, um saber ajuizar sobre as reformas, pseudo-reformas e reorganizações (curriculares ou não) em que o nosso sistema de ensino tem sido fértil, ao ritmo de quase uma por equipa que toma assento no Ministério da Educação. E o juízo que dessas reformas, pseudo-reformas e reorganizações faço é o de que de pouco ou nada serviram. Não resultaram delas benefícios que se vejam. Pelo contrário, degradou-se até, em certos casos, o ensino. Porquê? Porque os professores pioraram, entretanto; porque não dão o melhor de si na "cruzada" pela educação, sendo os "malandros", que alguns, muitos dos quais com grandes responsabilidades, querem fazer crer? Não. Embora possa dar jeito aos que apostam em denegrir a sua imagem transformá-los em bodes expiatórios da situação a que se

chegou, ela tem muitas causas e grande parte delas a residir em quem tem ou tem tido a direcção política da educação. Veja-se a legislação e a ambiguidade que, por vezes, encerra; vejam-se as contradições entre legislação aplicável à mesma situação; veja-se a inenarrável burocracia a que a aplicação de alguma conduz, tolhendo, dessa forma, a acção dos professores e desviando a sua atenção do que, para ele, é essencial, a educação... E as aulas de 90 minutos? E as de 45, com os professores e/ou os alunos a saltarem de sala para sala, com todos os inconvenientes, perdas de tempo e perturbações daí resultantes? Veja-se o regime de faltas, que para pouco mais serve do que para dar trabalho aos directores de turma, que fazem uma contabilidade de praticamente nulos efeitos. Um regime de faltas que não disciplina e que pode, até, ter um efeito pernicioso na formação do aluno, induzindo-o na ideia de que tudo na vida é um "faz de conta". E com um regime de faltas desses não há, nem pode haver, regime disciplinar que funcione... Mude-se, pois aquele regime; produzam-se melhores leis, sem ambiguidades ou contradições, e evite-se a sua proliferação; desenvolva-se um combate sério à burocracia estúpida, isto, àquela que ultrapassa os limites do admissível; faça-se uma reorganização curricular séria, com atribuição de tempo bastante ao que é verdadeiramente estruturante e fundamental ao desenvolvimento dos nossos jovens; repense-se na duração do tempo de aula... Enfim, tomem-se as medidas que levam a um ensino de qualidade e de rigor, aquele que os que andam nesta profissão verdadeiramente querem. Porque estão cansados...

=====

Re:Medidas e Metas para a Educação

Afixado por ASilva - 17/10/06 22:10

Boa noite a todos:

Sendo esta a minha primeira intervenção, espero poder contribuir, de algum modo, para lançar alguma luz, na confusão em que se encontra o 1º CEB neste país:

Começo por não perceber como são feitas as colocações de professores uma vez que professores do Quadro de Zona Pedagógica, não obtêm colocação nas primeiras fases de concurso, são colocados administrativamente em escolas, muitas vezes 5/6 professores em duas vagas, alguns deles recolocados em escolas onde trabalharam no ano anterior (o que era bom) para depois serem colocados em escolas, muitas vezes distantes, em vagas temporárias, sendo as vagas iniciais ocupadas por colegas contratados. Perde-se aqui muita da motivação dos professores do QDV e muita descrença na comunidade escolar.

Depois, acontece, há já muitos anos, a total ausência de financiamento do estado para as necessidades básicas de funcionamento, que vão sendo, aqui e ali, supridas com o auxílio das autarquias, nas contribuições dos pais, com as actividades organizadas pela comunidade: rifas, leilões, feiras e outras actividades similares, para as quais, hoje em dia, a escola, principal interessada, não pode contribuir, pois estamos atados de pés e mãos pela regulamentação em vigor, ou, pelo menos pela interpretação que os órgãos de gestão fazem e impõem.

Em terceiro lugar pela imposição limitativa de uma carga horária imposta sem apelo nem agravo, num nível de ensino em que, entendo, ser tão importante que as aprendizagens curriculares sejam as melhores possíveis, mas que as crianças possam ter uma evolução global efectiva. Como é possível termos uma hora por semana, com hora de início e termo definidas e dia certo para se ensinar Formação Cívica? Durante uma hora, formulamos regras sociais, promovemos preocupações de solidariedade e outras formas? E durante o resto da semana, não aproveitamos os diversos factos que nos permitiriam situar esta formação na realidade, porque, temos 2h de Matemática no horário da turma?

Com todas estas imposições, das quais não temos qualquer possibilidade de sair, como nos podemos candidatar ao Galardão de Professor Inovador? Todos temos os mesmos horário (diferente da mesma carga horária), os mesmos livros, os mesmos procedimentos administrativos (registos, registos e mais registos) o mesmo Projecto Curricular, que na prática, gause sempre são as transcrições do Programa e das competências definidas?

Como podemos ter algum sucesso se não podemos reter um aluno (muitas vezes matriculado com pouco mais de 5 anos, ainda sem as competências mínimas necessárias para ter sucesso na aprendizagem) no final do 1º Ano e se propusermos a retenção noutra dos anos seguintes (2º e 3º) o aluno tem de continuar agregado à turma original? Será pela "violência" da separação dos colegas? Então e se o aluno for retido no 4º Ano, esta violência deixa de existir? Neste caso o aluno não acompanha os colegas no 5º Ano, mas fica, noutra turma de 4º Ano? Será que em mais algum nível de ensino existem estas particularidades?

Só espero que alguém de bom senso, pense que crianças de 6,7,8 anos não façam esta pergunta num futuro muito próximo: Professor, Pai, Srª Ministra, quando é que posso brincar um bocadinho?

=====

Re:Medidas e Metas para a Educação

Afixado por James - 21/10/06 21:10

Medidas a vulso, ou grandes reformas? Por uma vez queria fazer a apologia das "medidas a vulso", já que as grandes reformas salvíficas têm dado asneira. Uma medida muito simples: os professores deveriam poder substituir-se informalmente, como creio que fazem outros profissionais: médicos, bombeiros, enfermeiros, etc. Se um professor

necessitar de faltar deveria poder pedir a um colega que o substituísse, ficando-lhe a dever uma (ou mais) hora(s) que seriam "pagas" noutra oportunidade. Assim todos saíam beneficiados: os alunos não perdiam aulas, e o professor não tinha falta. Quando proponho esta medida, deparo quase sempre com o argumento que isto poderia dar origem a abusos. Tento argumentar que os abusos não existiriam, porque é um processo auto-controlado: se um professor conclui que o outro a quem deu uma aula não está disposto a retribuir, então nunca mais se disponibilizará para outra. Isto seria apenas uma questão entre dois professores, sem necessidade de registo, balanços, ou qualquer tipo de burocracia. Finalmente parece que tal medida esbarra com um obstáculo burocrático intransponível que é saber quem assinaria o sumário, e para o qual a pequenita autonomia das escolas não dá solução.

Outra medida simples mas com consequências enormes no sucesso escolar: O ME deveria legislar a proibição do uso de telemóveis na sala de aula, com penalizações concretas. Vi há tempos um programa acerca de uma escola pública francesa onde os alunos nem sequer podiam entrar com telemóveis na escola.

Tendo em conta que estes aparelhos cada vez irão ter mais funções (leitor de música, máquina fotográfica, etc.), não legislar sobre o seu uso e assobiar para o lado é desastroso. As horas gastas pelos professores a argumentar com os alunos acerca dos telemóveis são um enorme desperdício do sistema.

Gostaria ainda de chamar a atenção para o seguinte: as drásticas medidas legislativas postas em prática e anunciadas pela actual ministra dizem apenas respeito aos direitos e deveres dos professores (atacar a classe dos professores parece ser bom para as sondagens). E onde estão as medidas legislativas que se refiram aos direitos e deveres dos alunos e dos pais? Conheço professores que passaram já um enorme número de horas sozinhos numa sala a cumprir o horário de "sala de estudo" ou "hora de apoio", porque a lei assim o prevê, mas não há nenhuma lei que obrigue os alunos a beneficiarem dessas horas. Na Holanda, quando um aluno excede um certo número de faltas à escola, o encarregado de educação é obrigado a ir a tribunal, perante um juiz prestar declarações e pagar uma multa (o caso não é tratado com o director de turma, nem com o presidente da escola). Dizem-me que noutros países europeus, o insucesso escolar dos alunos se reflecte no abono de família. Para quando, em Portugal, legislação semelhante? Ou pensam que podem melhorar o ensino legislando apenas sobre os direitos e deveres dos professores?

O jovem físico teórico português, Magueijo, que investiga numa U inglesa, disse uma vez numa entrevista ao Expresso que não encarava a hipótese de vir trabalhar para uma U portuguesa porque se arriscava a que o nomeassem chefe de um departamento, um cargo burocrático de prestígio e bem remunerado, mas que o impediria de fazer aquilo que gosta, que é investigar. Lembrei-me desta entrevista quando li a proposta de lei que prevê que os bons professores, de tão bons que são, subam na carreira e deixem de dar aulas, passem a fazer tarefas burocráticas e de administração.

Item editado por: mariamatos, em: PM/10/22 20:10

Re:Medidas e Metas para a Educação

Afixado por Miguel Costa - 23/10/06 10:10

Comungo de algumas opiniões que manifesta na sua mensagem, mas penso que não se podem radicalizar algumas situações como: "acabar com o Ministério da Educação(ME)", "Multas aos enc. de Educação por faltas dos alunos", etc. Como estive fora da realidade nacional durante algum tempo, não está a contextualizar convenientemente o problema da educação em Portugal.

Sou de opinião que deve existir o ME embora concorde que deva ter um papel de regulador e não actuar tanto como o fazedor de regras e leis que por vezes são de difícil aplicação. Deve ser dada uma maior autonomia à Escola, Administrativa /Financeira e Pedagógica, respeitando o currículo Nacional para cada área de ensino.

Não me parece correcto levar o encarregado de educação a pagar uma coima por faltas injustificadas do aluno, mas concordo que deva ser chamadno à escola, para responder por tais faltas e impedir o aluno de frequentar as aulas se o Enc. de Educação não comparecer.

Há certos pais que não dão o acompanhamento necessário à Educação/Formação dos seus filhos, embora haja razões bem diferentes para tal comportamento. Essa é uma das causas, senão a causa principal, da indisciplina que reina em grande parte das escolas.

Há que dar mais poder aos que governam a escola, Conselho Executivo, Conselho Pedagógico e Assembleia de Escola, para modificar este conjunto de problemas.

Concordo com a ideia que hoje já existe, embora sem carácter de obrigatoriedade, de dar uma formação profissional aos alunos do 3º Ciclo do ens. Básico, que não continuem os estudos. Mas agora que a obrigatoriedade de ensino vai passar para o 12º ano, concordo que se deva considerar a hipótese de tornar essa medida obrigatória mesmo que para tal se deva dar um cunho mais prático e menos científico a esses cursos de formação.

Obrigado pela atenção.

Miguel Costa
23-10-2006
:huh:

Re:Medidas e Metas para a Educação

Afixado por rutra - 27/10/06 18:10

Que diz a uma reforma do secundário no sentido de o tornar predominantemente profissional? Veja as minhas razões e o modo de o configurar.

Objectivo:20% de cursos gerais (letras e ciências); 20% de cursos técnico-profissionais;60% de cursos profissionais (escolas profissionais).

Meta a alcançar dentro de 5 ou 10 anos. É necessário preparar/reconverter professores; convencer a sociedade em geral e as famílias dos jovens em particular; associar o tecido económico e empresarial ao destino do ensino profissional; implementar a gratuidade e a obrigatoriedade do secundário(deixar para o Superior o contributo financeiro das famílias e dos indivíduos).

Razões. A maioria dos jovens, ao fim de 12 anos de escolaridade, deve saber fazer algo de prático que lhes assegure meios mínimos de sobrevivência material e de ocupação, necessária ao equilíbrio psicológico e à estruturação da vida pessoal.

O secundário deve fechar o ciclo de aprendizagem inicial.Contribuirá para a autonomização e qualidade do ensino básico e secundário, fará outro sentido para os jovens e aumentará a liberdade de escolha do ensino superior.

É necessário inverter a nossa tendência para privilegiar um ensino teórico, normativo, explicativo, pretensamente científico o qual não serve o desenvolvimento das pessoas nem o desenvolvimento socio-económico do país e promove uma cultura legalista, nominalista e conservadora.

O ensino/formação profissional, actualmente, não se limita à formação técnica mas comporta dimensões socio-económicas e culturais importantes.

Os 40% que não seguem a via profissional do secundário adiam para o 1ºciclo do Superior a profissionalização.(processo de Bolonha).

Neste quadro os jovens, após conclusão do 9º ano, podem fazer uma primeira escolha entre três vias de desenvolvimento da inteligência: inteligência científica e técnica; inteligência literária e relacional e inteligência operativa e prática.

Não são, por isso, os mais inteligentes que entram nos cursos geral e técnico-profissional mas aqueles que revelam essas formas de inteligência. Esta fórmula promove realmente a diferenciação e a igualdade.

A profissionalização do secundário, segundo esta fórmula, merecia um referendo?

Re:Medidas e Metas para a Educação

Afixado por Quiron - 28/10/06 12:10

O que digo, caro rutra? Digo que sim, é claro. Embora as escolas não sirvam para abastecer o mercado de trabalho - o aluno é o cliente da escola, não é a sua matéria-prima - é claro que a maioria dos alunos tem em vista adquirir conhecimentos que possam ser rentabilizados, e é nosso dever fornecer-lhos.

A proporção que você propõe parece-me plausível, sem prejuízo dos eventuais ajustes resultantes das opções tomadas individualmente, consoante os diversos tipos de inteligência. Mas não esqueçamos a imprescindibilidade dos «conhecimentos inúteis» ...

Re:Medidas e Metas para a Educação

Afixado por Manuel Ferreira - 14/11/06 15:11

Educação

A educação - ensino, é um assunto complexo, sofre desde longa data, resultante das sucessivas políticas boas e sobretudo más para o sector.

Não existem receitas milagrosas, de um dia para o outro, pois o que é aplicado agora só poderá ser notado daqui a muitos anos e nós sabemos como os governos mudam, logo essas políticas também mudam!

Por outro lado o que funciona aqui pode não funcionar noutra lado.

Deverá ser feita uma maior aposta nos professores de maneira a haver uma maior aproximação entre eles e os alunos apostando também numa maior credibilização da classe profissional.

Os futuros professores deverão ser sujeitos a selecções mais rigorosas.

Quanto ao ensino propriamente dito, deverá ser dada uma maior implantação

por todo o país de escolas profissionais, procurando uma maior interligação entre as mesmas e as empresas, de maneira a responderem às necessidades práticas do mercado de trabalho.

Os programas deverão também ser mais flexíveis, tendo em conta os diversos tipos de alunos e suas apetências.

O Estado deveria apostar mais na formação.

Re:Medidas e Metas para a Educação

Afixado por Miguel L. M. - 25/11/06 18:11

A Escola e a Educação que a esta está subadjacente, nos dias de hoje, não poderão ser percebidas fora do contexto da sua própria "história" política e da sociedade, em que se insere. Daí que, antes de se pensar em transformar/propor mudanças sejam elas quais forem a natureza de que se venham a revestir (mesmo sendo imperativo que se faça) dizia que, é importante avaliar o percurso da Escola, da formação dos Professores e do entendimento geral que, alunos e encarregados de educação têm desta, face às aprendizagens, à função específica de uma Escola e sobretudo face ao conhecimento científico adquirido, pelo menos nos últimos 25 a 30 anos.

Há muito que a Escola deixou de ser um centro de formação científica, um lugar de aprendizagem para a vida cultural e social. Vocábulos como "disciplina", "respeito", "tolerância", o direito à diferença, o direito a opinião, a "responsabilidade", a "competência", o "profissionalismo" e até mesmo a "liberdade de expressão" deixaram de fazer parte das atitudes e dos valores a preservar e a divulgar, junto dos alunos, nas nossas Escolas e, nestes incluo os elementos dos conselhos directivos, enquanto docentes que também o são. Quando um barco navega ao sabor da vontade expressa e única do seu comandante, sem um rumo traçado e sem fazer uma avaliação dos danos que poderá causar, ao barco e aos seus tripulantes, certamente será apanhado por alguma tempestade e se perderá nas teias dos oceanos, por onde navega. Quero com isto dizer que há Escolas que são geridas unilateralmente, porque os órgãos do conselho pedagógico e de assembleia de escola simplesmente são ineficazes e inoperantes. Porque é amigo do amigo, porque se é pouco interessado e profissionalmente irresponsável, porque não vale a pena, porque é o sistema, porque os pais têm muita força, porque a ministra quer que os alunos passem, e porque, e porque... são tudo uma questão de estatística e nada mais interessa. Nem a própria consciência de quem assim actua. Felizmente vão havendo excepções, ainda. Porém, sem voz activa, porque o são em minoria e as excepções são um alvo a abater. E os problemas do conhecimento e da disciplina e da formação de cidadãos conscientes não se resolverão com "autonomias", não se resolverão sem responsabilização individual e colectiva e muito menos sem exigência didáctica e pedagógica. Também não irão ser resolvidos com o novo estatuto! E neste não vi qualquer medida de limitação de mandatos, por exemplo, para os membros do conselho executivo. E no entanto, é aqui que o caciquismo e a inércia têm início. Eu não acredito em qualquer mudança sem mudança, passo a redundância, neste campo. As Escolas carecem de "vigilância" superior e é urgente que os serviços de inspecção actuem, pedagógica e preventivamente, no terreno. Que responsabilizem os conselhos directivos, face ao cumprimento ou não, das directrizes emanadas do Ministério da tutela, ao invés de solicitarem "relatórios" ao departamento da Inspeção, que ficam por isso mesmo.

A questão é pois, mais profunda e não se resolve com regulamentos, simplesmente. É só olhar para a Inglaterra, por exemplo, e ver onde desaguaram as águas da "autonomia". E estamos a falar de uma sociedade dotada de uma estrutura cultural e mental diametralmente oposta à nossa, pelo abismo diferencial (a começar pela noção que têm do colectivo social e do dever social). É uma questão de cultura e de mentalidade e neste domínio o tempo rege-se por longuíssimos períodos de tempo. Muda-se o modo de pensar e de agir com uma legislação? Claro que não! Será o bastante olhar a inúmera legislação que vem desde a segunda metade do século XIX, no respeitante à Educação e em particular à obrigatoriedade da frequência do Ensino Básico (o qual ao longo dos séculos teve as suas variantes e avizinha-se outra) para facilmente concluirmos da sua ineficácia prática. E aqui impõe-se outra questão: será que os alunos irão ter mais conhecimentos, irão aprender mais e melhor, irá baixar o abandono escolar ... se, se alargar o ensino obrigatório e ou reestruturar os ciclos existentes?

Os níveis de exigência e de respeito têm diminuído, drasticamente, nas Escolas, nos últimos anos. E, curiosamente constato que, ao nível da indisciplina, esta é directamente proporcional aos níveis de escolaridade. Ao nível das aprendizagens, de métodos de estudo, de responsabilização, de consciência do valor representativo e real da Escola e das aprendizagens para a vida e na formação global do indivíduo, a proporcionalidade é inversa. Mais velhos, mais indisciplinados, menos trabalhadores. Esta é uma abordagem que merece atenção e estudo. Então a Escola está a formar ou a deformar? E quais serão as razões para que tal se verifique? E aqui reside a importância da avaliação interna e externa das Escolas.

Mas há que reeducar a outros níveis: alunos, encarregados de educação, funcionários e professores. Aos alunos é urgente dizer-lhes que sem estudo não há sucesso educativo; aos encarregados de educação dizer-lhes que sem co-responsabilização e cooperação educativa e disciplinar não haverá formação e futuro para os seus filhos; aos funcionários que também eles são formadores e que deverão cumprir e fazer cumprir o regulamento, além de cumprirem com os deveres decorrentes da profissão; aos professores que estes devem cumprir os deveres a que estão obrigados, em toda a sua extensão. E neste inclui-se a responsabilização pelos seus actos, sejam docentes em exercício lectivo ou de gestão. A formação individual e a actualização, no âmbito do "aprender ao longo da vida" deverão ser a máxima, a par do respeito que todos os alunos são merecedores. E por isso mesmo, ainda que dê "trabalho" (dá e muito) é sua obrigação dotar os alunos de um máximo de competências/aprendizagens, aptidões e instrumentos, também disciplinarmente, e prepará-

los para a vida. O que se “ouve” por diversas Escolas deste país é que “ a senhora ministra quer que os alunos passem e nós passámo-los”. Expressão leviana e irresponsável. Infelizmente bastante frequente, também na prática. Os resultados estão aí, com as classificações obtidas ao nível do 9 e 12 anos. E assim, levemente, as Escolas estão a “fabricar” gerações de “analfabetos” e de inaptos. Uma nova forma de analfabetismo sim, mas também literário e cultural.

Sem uma intervenção objectiva por parte do Ministério da Educação, ao nível de definição específica e obrigatória de aprendizagens e a definição de um tecto mínimo para os critérios de avaliação a ser exigíveis aos alunos, (tal como fez para as competências que até ficaram esquecidas no fundo de uma arca, algures) a comprovar em exame nacional, com efeitos de aprovação e/ou de reprovação de ciclo, dizia que, sem essa intervenção muito pouco mudar-se-á, na vida e na atitude das Escolas. Com a “autonomia” a tendência será a de agravamento das situações anómalas existentes.

E, retomando o analfabetismo moderno (que já não se situa no domínio das informáticas) existe uma outra doença, generalizada, nas Escolas: os alunos abrangidos pelo Regime Educativo Especial. Se aos outros alunos, vulgo chamado de regime normal, muito pouco lhes é exigível, ao nível das aprendizagens reais (recolha-se a informação produzida nas Escolas e avalie-se) aos alunos integrados neste regime quase que apenas, se exige que esses tenham assiduidade. É corrente a ideia e a prática que a integração nesse regime garante a transição de ano e de ciclo de escolaridade. Quase que é vedado ao docente o direito de decidir se o seu aluno está em condições de transitar ou não. São situações bastante difíceis de gerir, em conselho de turma. Também aqui urge a necessidade de intervir e de regulamentar. Sob pena de estarmos a criar uma Escola generalista de “especiais” social e profissionalmente inaptos, quando a grande maioria não carece desse estatuto e muitos dos “relatórios” existentes não são suficientes, nem esclarecedores ou estão desactualizados, para a continuidade da aplicação do mesmo estatuto. E os “familiares” “PEI” são para esquecer, pois são apenas formulários que se preenchem e onde é gasto imensas horas.

A preguiça, a má educação, a falta de profissionalismo, o caciquismo não se resolvem por pura alteração de estatuto e com a tão famigerada autonomia das Escolas (não nos esqueçamos que o documento da autonomia prevê que os conselhos directivos escolham os docentes). Mesmo sem autonomia, e com directrizes precisas sobre a elaboração de horários, há escolas que inflacionam horários...

E é preciso ter cuidados acrescidos quando se fala de avaliação dos professores, quer pelos encarregados de educação quer por parte dos órgãos pedagógicos e de gestão das Escolas. A avaliação deveria de ser ao vivo, no terreno feita por elementos da inspecção pedagógica e ou outros docentes universitários e ou outros docentes nomeados pelo Ministério da Educação, exteriores à própria Escola. Só assim teremos uma avaliação isenta e séria, compatível com os votos expressos pela senhora Ministra.

Por todas as razões atrás expostas e pelo enquadramento mental que assiste, por formação, à maioria dos encarregados de educação, na faixa etária até aos 30 - 40 anos de idade, esta também não será equitativa e justa. Porque não depende, em exclusivo, da formação académica desses, mas sim do entendimento que eles têm, do valor que uma boa educação (e por acréscimo um bom professor) poderá representar para o seu filho. E neste sentido, há muitos encarregados de educação que, à semelhança da maioria da nossa sociedade, o valor reside no “já” e no ter “agora”. A esses não interessará a qualidade, mas a quantidade; não interessará ser disciplinador, mas sim “tolerante” (a nova palavra para a “balda”, para o professor “fixe”).

Termino agradecendo a oportunidade dada para libertar o meu “silenciado” pensamento sobre as “coisas” da Educação. E este não tem a veleidade de ferir as susceptibilidades, de quem quer que seja. Porque também eu sou professor.

Re:Medidas e Metas para a Educação

Afixado por JPFerreira - 29/11/06 19:11

Concordo com muitas das medidas sugeridas. Queria apenas comentar algumas delas:

5. Disciplinas de banda estreita. Embora eu seja docente do ensino superior e não esteja totalmente a par dos currículos dos Ensinos Básico e Secundário, dá-me ideia que existe um grande número de ramos e opções semi-profissionalizantes, mesmo a nível do 8º ou 9º ano de escolaridade. Acho mal. Um ensino básico, obrigatório, não deve ter preocupações de instruir para profissões particulares, mas deve, como sugerido, ser generalista. Aquelas divisões criam confusão nas escolas. Mesmo ao nível do Secundário (10º ao 12º ano), a distinção entre cursos profissionalizantes e não profissionalizantes deve ser bem clara. O desejável será criar/adaptar escolas profissionais, onde um mínimo de 60 ou 70 por cento das matérias leccionadas sejam, de facto, técnicas especialistas. Misturar ensino generalista com ensino profissional é, a meu ver, negativo.

10 e 11. Exames nacionais e exames de admissão. Constituem um verdadeiro imperativo nos tempos actuais. Só não sei por que é que este Ministério não tem coragem para os estender a todas as disciplinas, nos 5º e 12º anos. Seria bom para todos os intervenientes na Educação: alunos, pais, professores e escolas. Um exemplo: é sabido que algumas escolas (públicas ou privadas, não interessa) inflacionam as notas. Assim, quem pode, muda-se para essas escolas para ter melhor média de acesso ao ensino superior. Isto é uma injustiça tremenda. Assim, para defesa dos próprios alunos, os exames finais devem existir e ter um grande peso nas médias de acesso ao ensino superior. Só quem eventualmente se quer aproveitar desta fraqueza do sistema é que não concordará com tal proposta!

Item editado por: JPFerreira, em: 02/12/06 11:12

Re:Medidas e Metas para a Educação

Afixado por B_L - 11/12/06 18:12

Concordo com algumas propostas aqui referidas. Mas gostava de aproveitar para citar que alunos do secundário ainda tem imensas disciplinas de que não necessitam nos seus cursos, (no meu caso Cientifico Tecnológico), tais como: Área Projecto, Filosofia(2x90min), Português (2x90min), Educação Física (2x90min). Se nestas disciplinas tivéssemos apenas (2x45min) ou apenas 90min por semana, era o ideal.

=====

Re:Medidas e Metas para a Educação

Afixado por Precioso - 12/12/06 22:12

Factores relacionados com o insucesso escolar no Ensino básico em Portugal: contributos para ajudar a resolver o problema.

José Precioso
Instituto de Educação e Psicologia
Universidade do Minho

Resumo

Segundo os dados dos Ministérios da Educação e da Segurança Social e do Trabalho apresentados no Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar, o insucesso escolar - palavra polissémica que abordaremos apenas no capítulo das retenções - é muito elevado em todos os níveis do ensino básico, particularmente no terceiro ciclo. Verifica-se que, entre o ano lectivo de 1994/95 e o de 1999/2000 ocorreu um aumento das retenções no terceiro ciclo do ensino básico.

Perante estes dados, é importante reflectir sobre este problema, fazer o diagnóstico e, em face dele, encontrar as soluções mais adequadas para o resolver. O relatório aponta vários factores (relacionados com o indivíduo, a família, a escola e a sociedade) para explicar o insucesso e abandono escolar. O relatório transmite a ideia de que o fenómeno é complexo e multifactorial. No entanto, pensamos que o documento não identifica uma grande parte dos factores relacionados com insucesso que estão ligados à escola.

Para além do conjunto de factores apresentados no relatório, pensamos existirem outros que nos parecem contribuir decisivamente para explicar o crescente insucesso no segundo e terceiro ciclo do ensino básico e que são susceptíveis de ser modificados. Esses factores estão relacionados com as dimensões curricular, psicossocial e ambiental da escola que explicam as elevadas taxas de retenção e abandono escolar em Portugal.

A quantidade e diversidade de disciplinas; a elevada carga horária; a extensão dos currículos disciplinares; a inexistência de currículos alternativos (existindo estes apenas para os alunos com necessidades educativas especiais); a falta de adequação dos programas à idade e fase de desenvolvimento em que os alunos se encontram; a elevada carga de conteúdos relacionados com a memorização; a falta de relação entre os conteúdos e a vida; a extrema exigência de alguns professores; a quantidade e (má) qualidade dos manuais escolares; a aplicação de provas de avaliação mal construídas; a concentração de várias provas de avaliação na fase final dos períodos e ano lectivo faz com que muitos alunos, verdadeiramente vítimas do sistema de ensino que temos, sejam injustamente julgados e condenados a uma retenção.

A resolução do problema do sucesso educativo dos alunos passa por um correcto diagnóstico da situação e de uma acção global sobre todos os factores de risco. Este problema é complexo mas vulnerável. É bom lembrar que em 1960 a mortalidade infantil era de 77 mortes por cada 1000 nascimentos, mas passado 40 anos desceu para cerca de 5. Mas foi à custa de um programa global de acção. Também é possível fazer o mesmo em relação ao insucesso escolar. Se não o erradicarmos pelo menos poderemos atenuá-lo.

Introdução

Os dados expressos no gráfico 1 mostram que, de uma forma geral, existe um elevado insucesso escolar em todos os níveis do ensino básico em Portugal, particularmente no terceiro ciclo (embora a palavra insucesso seja polissémica (Afonso, 1988) neste artigo será empregue fundamentalmente para indicar a retenção e/ou o abandono escolar). Constata-se ainda que, entre o ano lectivo de 1994/95 e o de 1999/2000, ocorreu uma diminuição das taxas de retenção no 1.º ciclo do ensino básico, mas um agravamento nos anos e ciclos seguintes. Perante tal quadro, urge reflectir sobre as vantagens e as desvantagens de uma retenção, sobre as suas causas. Pois tratando-se de um fenómeno indesejável,

encontrados os seus determinantes, melhor poderemos encontrar as soluções para o controlar.

Gráfico 1

Fonte: Ministério da Educação e do Ministério da Segurança Social e do Trabalho “ Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar” (2004).

O principal benefício de uma retenção, parece assentar no pressuposto que a retenção do aluno no mesmo ano lectivo, poderá aumentar as probabilidades de no ano seguinte, vir a ter sucesso nas aprendizagens que a escola propõe. Teoricamente isso seria verdade. No entanto, o resultado prático de muitas reprovações não é, como muitos professores poderão testemunhar, uma melhoria nas aprendizagens. Verifica-se que muitos alunos voltam a tirar negativa ou então, tiram negativa em disciplinas que no ano anterior tinham obtido positiva (Roazzi e Almeida, 1988). Admitindo, no entanto, que em alguns casos a retenção contribui para a aquisição dos saberes escolares não adquiridos e dado que existem disciplinas em que as aprendizagens presentes determinam e muito, o sucesso de aprendizagem futuras (casos da Matemática, das Línguas, e pouco mais), talvez se justifique uma repetição. Sabemos, contudo, que a maioria das disciplinas não têm um regime de precedência tão importante. Isto é, para se aprender a matéria do 7º ano de Biologia, não é necessário saber nada do que foi ensinado no 5º ou 6º ano, o que reduz a necessidade de uma repetição, pois não tem implicações directas no sucesso escolar futuro do aluno. Passa-se o mesmo na disciplina de História, na de Geografia, etc. Poderá ainda dizer-se que o aluno passaria sem saber esses conteúdos. Tal facto não tem a importância que normalmente se lhe atribui, pois a maioria dos conteúdos ensinados em muitas disciplinas não tem grande importância para a vida. Por outro lado, está demonstrado cientificamente, que grupos de alunos que tiraram negativa e outros positiva, ao final de um ano, quase não apresentam diferenças relativamente aos saberes ligados à memorização, como são, infelizmente, quase todos os que se desenvolvem na escola. Salienta-se ainda que o aluno não tem que saber tudo. Caso contrário nem uma “cabeça de elefante” lhe bastaria. Talvez o mais importante, na conjuntura actual, seja ensinar o aluno a aprender a aprender.

Outra vantagem que poderá advir da retenção será a de fazer com que o aluno adquira mais maturidade e possa por via de um melhor desenvolvimento cognitivo, ter mais sucesso no futuro. Quando se trata de alunos muito novos, que entram para o 1º ciclo com cinco anos, e para o 2º ciclo muitas vezes ainda com nove, talvez um ano de retenção pudesse contribuir para que rapidamente ficassem em fase entre as exigências curriculares, a idade cronológica e a maturidade intelectual. Também é bom lembrar que são idades em que os alunos estão em transformação muito acelerada. E um aluno que num ano se revelou imaturo, no ano seguinte surpreende pela forma como se autonomizou. Acontece isso sobretudo na transição da infância para a adolescência. Contudo, mesmo nestes casos, a retenção pode ser prejudicial ao aluno.

Na continuação deste artigo analisaremos em maior pormenor as desvantagens das retenções, as suas causas e algumas medidas preventivas.

Desvantagens das retenções

As reprovações estão, em muitos casos, associadas a um conjunto de efeitos colaterais que trazem mais prejuízos que benefícios ao aluno, à escola, à família e à sociedade.

A pior de todas as consequências relacionadas com a retenção é o abandono escolar por parte dos alunos.

Uma análise dos indicadores de insucesso ou retenção e de abandono escolares, expressos no gráfico 2 são elucidativos da forte ligação entre os dois fenómenos.

Gráfico 2

Relação entre retenção e abandono escolar

Fonte: Ministério da Educação e do Ministério da Segurança Social e do Trabalho “ Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar” (2004).

Uma reprovação pode ter muitos outros efeitos verdadeiramente demolidores sobre os alunos e as suas famílias. Pode afectar a saúde mental de alguns alunos, levando à ocorrência de sintomas depressivos, e em casos raros, ao próprio suicídio. Pode afectar a sua auto-estima e o sentimento de auto-eficácia, levando alguns alunos a sentirem-se incapazes relativamente à escola em geral ou a determinada disciplina em particular. Pode, muitas vezes, criar um exagerado desfasamento em termos de idade relativamente aos seus colegas (isto ocorre normalmente com a bi-retenção). É frequente vermos alunos com 14 e 15 anos no 6º e 7º ano, completamente deslocados. Este facto pode complexar os alunos, pode revoltá-los contra o “sistema” e fazer que com que tentem ser os melhores dos piores. A reprovação implica o afastamento dos colegas de ano anterior, a quem muitos alunos estão afectivamente ligados. A

retenção pode levar à marginalidade. Está provada a associação entre a reprovação e o consumo de drogas lícitas como o álcool e o tabaco (Precioso, 1999), a marginalidade, a violência e outros problemas sociais. Pode levar à completa desmotivação e à estigmatização perante os colegas. Uma criança que reprova, fica muitas vezes marcada para a vida inteira.

No plano familiar, as desvantagens de uma reprovação são igualmente óbvias. A repetição, para além de ser um custo acrescido para a família, tem efeitos muitas vezes traumáticos. Ninguém gosta que o seu filho reprova, pois isso é extremamente desprestigiante para toda a família. Alguns pais ficam de tal forma alterados, que exercem violência física e ou psicológica sobre os seus filhos.

No plano social, as desvantagens de uma reprovação são também muitas. Quantos alunos poderiam estar já no mercado de trabalho, se não ficassem retidos um ou mais anos nos vários níveis do sistema educativo? Quanto ganhariam os professores se não tivessem alunos desmotivados (esses que muitas vezes reprovaram) a perturbar/desestabilizar as suas aulas? Os próprios colegas são muitas vezes vítimas da existência de um ou mais alunos repetentes, que se transformaram em estudantes (?) que não aprendem nem deixam aprender.

Poderia acrescentar uma longa série de argumentos sobre as desvantagens de uma reprovação. Pela argumentação apresentada, penso que é claro que a decisão de reter um aluno deve ser muito bem ponderada e deverá ser uma excepção, e não a regra. São inadmissíveis as taxas de retenção existentes no ensino básico que, como sabemos, é obrigatório e serve sobretudo para dar ferramentas básicas para que o aluno se possa integrar na vida social e não para o condenar a uma marginalização certa.

Causas das reprovações e do abandono escolar

A publicação dos ministérios da Educação e da Segurança Social e do Trabalho "Eu não desisto: Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar" (Canavarro, 2004) citando o The National Economic and Social Forum (2001)," refere que a retenções e o abandono escolar são fenómenos interligados e sistémicos, ou seja, relacionados com vários factores que podem ser classificados da seguinte forma. O Indivíduo; a Família; a Escola; o Meio Envolverte, conforme se pretende representar no esquema da figura 1.

Figura 1

Domínios relacionados com o insucesso e abandono escolar

Os factores relacionados com o insucesso escolar e com o abandono do sistema de ensino relacionados com o indivíduo incluem: as dificuldades de aprendizagem; as dificuldades de saúde; o insucesso; as baixas performances na língua materna e em Matemática; a baixa auto-estima; reduzido interesse pela Escola; a indisciplina; a prática de pequenos delitos; o abuso de substâncias; a maternidade ou a paternidade precoces.

Na Família, podemos agregar: as dificuldades económicas; a baixa escolaridade; o défice de atitudes positivas relativamente à Escola; baixo envolvimento parental na Escola e nas actividades educativas; a identidade étnica e cultural minoritária; a monoparentalidade; uma história familiar de abandono escolar. (o relatório omite o horário de trabalho dos pais que não permite um contacto com a escola e um maior apoio aos filhos, etc.)

Na Escola, podemos enunciar: a falta de mecanismos de detecção precoce de casos de risco de abandono; a falta de programas de apoio a estudantes com dificuldades; a falta de programas de promoção de competências sociais; as deficiências nas instalações escolares; a reduzida atenção às passagens de Ciclo de Estudos; a falta de diversificação nas ofertas educativa e formativa; o baixo nível de acompanhamento e de apoio psicológico aos estudantes em risco de abandono; a reduzida ligação à Família e ao Meio Envolverte.

No Meio Envolverte, podemos incluir: a pressão sobre mão-de-obra não qualificada; as más condições de acessibilidade e de transporte para a Escola; uma má ligação do meio autárquico, social, recreativo e empresarial à Escola.

Para além deste conjunto de factores, pensamos existirem outros que nos parecem contribuir decisivamente para explicar o crescente insucesso no segundo e terceiro ciclo do ensino básico e que são susceptíveis de ser modificados. Existe um conjunto de factores relacionados com as dimensões curricular, psicossocial e ambiental da escola que explicam as elevadas taxas de reprovação e abandono escolar em Portugal.

A quantidade e diversidade de disciplinas; a elevada carga horária; a extensão dos currículos disciplinares; a inexistência de currículos alternativos; a falta de adequação dos programas à idade e fase de desenvolvimento em que os alunos se encontram; a elevada carga de conteúdos relacionados com a memorização; a falta de relação entre os conteúdos e a vida; a extrema exigência de alguns professores; a aplicação de provas de avaliação mal construídas; a concentração de várias provas de avaliação na fase final dos períodos e ano lectivo faz com que muitos alunos, verdadeiramente vítimas do sistema de ensino que temos sejam injustamente julgados e condenados a uma reprovação. A seguir, detalharemos alguns dos factores que nos parecem contribuir para que os alunos não consigam ser bem sucedidos nas aprendizagens.

Quantidade e diversidade de Disciplinas

Um dos factores que pode justificar o insucesso educativo é a elevada quantidade e diversidade de disciplinas obrigatórias (não existem praticamente disciplinas facultativas). De forma mais precisa, verifica-se que, por exemplo, os alunos no 7º ano têm 15 ou 16 disciplinas (Língua Portuguesa, Francês, História, Física e Química, Ciências da Natureza, Geografia, Inglês, Matemática, Formação Cívica, Educação Física, Área de Projecto, Estudo Acompanhado,

Educação Visual, Arte e Educação, Educação Tecnológica (ou Música) e Educação Moral e Religião Católica. É complicado para um aluno ter sucesso em todas estas disciplinas. Já que os governantes têm a tendência para fazer comparações com a Europa, convém dizer que isto não se passa em país nenhum. Recomendo uma visita ao site do Ministério da Educação espanhol e uma olhadela sobre os currícula escolar do país vizinho para se ter uma ideia da diversidade disciplinar dos alunos espanhóis e verificar que é menor que as dos nossos alunos (CIDE, 2002).

A elevada carga horária dos estudantes

Uma simples análise dos horários escolares de várias turmas de alunos do 7º ano, (crianças com idades situadas entre os 11 e os 13 anos) revela que muitas têm apenas uma tarde livre, possuem uma média 36 tempos lectivos (de 45 minutos) semanais (em três dias da semana têm 8 blocos lectivos). Significa isto que as crianças têm quase a carga de trabalho intelectual de um adulto que trabalhe, por exemplo, no sector administrativo. Por outro lado, não têm tempo para estudar. A partir deste simples documento podemos verificar que a carga horária dos alunos é bastante elevada; que um estudante que chegue a casa após 8 tempos lectivos, não pode ter motivação, nem energia mental para estudar; que quem não tiver apoio em casa dificilmente conseguirá acompanhar tamanha quantidade e diversidade de disciplinas. É frequente que tenham que ocupar os tempos livres a fazer os trabalhos escolares para casa (TPC's); ocuparem fins de semana completos a estudar para os testes. Como podem ter tempo para estudar? A maioria dos professores está tão concentrado na sua disciplina que nem reparam que os alunos têm mais catorze ou quinze.

Programas extensos e elevada carga de conteúdos relacionados com a memorização.

Para termos uma ideia da extensão dos programas e da carga teremos que analisar quantitativa e qualitativamente os manuais (pois é sabido que a maioria dos professores segue estes materiais pedagógicos para orientarem o ensino) (Cunha, 1999; Pereira e Duarte, 1999). Uma análise dos manuais do 7º ano revela que são em média vinte e dois (entre manuais, booklets e livros de exercícios); que o somatório das páginas de todos estes livros daria um exemplar com uma lombada de 15 cm e com 2715 páginas. Só por aqui poderemos ver o excesso de carga intelectual a que os alunos são submetidos.

Uma análise do conteúdo de alguns Manuais escolares de Biologia para o 9ºano revela que, (em média), aquilo que num manual espanhol é desenvolvido em duas folhas em Portugal são necessárias pelos menos 10. (Ver Mascaro, 2002). Para além disso o conteúdo que há alguns anos era dado em 3 blocos de 50 minutos passou a ser dado em apenas 2 blocos de 45 minutos e o programa aumentou (outrora o homem era assexuado, não eram discutidas questões de ciência, tecnologia e sociedade, etc.). Só por este exemplo podemos ter ideia de quanto aumentou a carga de trabalho dos alunos. Basta multiplicar este exemplo por 10 ou 12 disciplinas. Uma vez que os professores tendem a seguir a sua prática lectiva pelos manuais (Duarte e Pereira, 1999; Cunha, 1999) poderemos imaginar a carga curricular a que submetem os seus alunos.

Qualidade dos manuais

Por outro lado, uma análise de conteúdo dos manuais revela, entre outras fragilidades (erros científicos, erros pedagógicos, etc.), uma elevada densidade de termos e conceitos e actividades orientadas sobretudo para a memorização. Numa página de um livro, podemos encontrar, muitas vezes, dez ou mais termos e/ou conceitos novos, o que multiplicado por dez disciplinas, dá uma média de cem conceitos. Verifica-se que os manuais estão muito virados para o conhecimento, pouco para a compreensão e quase nada para a aplicação de conhecimentos. Actividades de resolução de problemas são igualmente raras nos livros da maioria das disciplinas (com excepção da matemática). Ausente está também, muitas vezes, a utilidade dos temas para a vida dos alunos, ou seja, os conteúdos não têm aplicação prática, o que dificulta a motivação extrínseca para a aprendizagem por parte dos alunos que não têm motivação intrínseca. Por outro lado torna a aprendizagem pouco útil para as pessoas. Constata-se ainda, que muitos conteúdos e exercícios propostos não estão ajustados ao desenvolvimento cognitivo dos alunos.

Os manuais são também muito extensos, com conteúdos vagos e com definições imprecisas, com "muita parra e pouca uva". Deveria ser imposto um número máximo de páginas por livro, tal como acontece numa dissertação.

Testes de avaliação em quantidade exagerada e de qualidade duvidosa

A existência de muitas disciplinas implica uma enorme profusão de testes de avaliação. Admitindo que os professores das 10 "principais" disciplinas fazem dois testes por trimestre, os alunos realizarão no final do ano 60 provas de avaliação o que é verdadeiramente enlouquecedor. Se pensarmos que os estudantes começam a fazer testes a meio de um trimestre só terminam no final do mesmo, estando sujeitos a uma tensão e ansiedade prolongada que nada de bom traz à sua saúde mental e física e, ao invés de favorecer o sucesso educativo, contribui para a reprovação com todas as consequências que daí advêm. É bom lembrar, que estamos a falar de alunos com 11 a 13 anos de idade, que deveriam ter tempo para brincar.

Não são avaliadas outras competências do alunos como o saber fazer (conhecimento processual); o raciocínio; o saber comunicar, etc.

O facto dos testes se realizarem na parte final do período, ou do ano lectivo, leva também a que os alunos não possam ter um desempenho aceitável, devido ao cansaço acumulado (é como se um jogador no final de época fizesse três jogos numa semana).

No que se refere à Dimensão psicossocial da escola as coisas parece não estarem bem. A relação entre professores e alunos não parece ser a melhor.

Temos que atender que estamos perante alunos que estão na transição da puberdade para a adolescência, com todas as dificuldades que tudo isso, só por si, acarreta. Uma borbulha nesta idade pode ser percebida pelo adolescente como sendo tão grave como um cancro para um adulto. Os adolescentes são naturalmente irreverentes e os professores têm que compreender isso. É da própria natureza da idade. Na idade da “parvalheira” é quando os adultos mais exigem deles o que não está correcto.

A Dimensão ambiental da escola também não contribui para que os alunos se sintam motivados e gostem de andar na escola.

Muitas escolas não têm recreios ao ar livre e cobertos; faltam áreas de lazer cobertas; bibliotecas; mediatecas; ludotecas; salas de estudo; salas de convívio para alunos; salas de aulas com cadeiras e mesas adequadas aos níveis etários; salas com dimensões adequadas ao número de crianças; sistema de aquecimento; áreas exteriores ajardinadas, etc.

Algumas sugestões para aumentar o sucesso escolar dos alunos

Pensamos que é indispensável introduzir várias modificações nos currículos e nas práticas pedagógicas, incluindo o sistema de avaliação.

Em primeiro lugar pensamos que é indispensável retirar algumas disciplinas obrigatórias e torná-las opcionais ou então voltar a forma associações disciplinares.

Em segundo lugar, é necessário reduzir a carga horária dos alunos de forma que estes possuam pelo menos três tardes livres por semana para poderem estudar e brincar. Não nos devemos esquecer que os alunos destas idades são crianças e não adultos em miniatura.

Em terceiro lugar, é necessário reduzir os programas e torná-los adaptados à faixa etária dos alunos, ou seja, seguir a máxima do ex-ministro francês da cultura para quem é preciso “ensinar menos para que possam aprender melhor”.

Em quarto lugar os conteúdos deveriam privilegiar temas úteis para a vida do aluno, ou seja, a principal preocupação dos professores deveria ser ligar os assuntos da sua disciplina à vida. É inacreditável a pouca importância que se dá, por exemplo, à Educação para a Saúde.

Em quinto lugar, é indispensável alterar as metodologias de ensino, orientadas sobretudo para a memorização de termos e conceitos e introduzir actividades práticas de resolução de problemas.

Por último, a avaliação deverá ser feita de forma a não considerar exclusivamente a memorização, mas também o raciocínio; estar de acordo com o que é feito nas aulas e ser adequada ao nível cognitivo dos alunos. Os professores devem também colocar questões de grau de dificuldade crescente e não fazerem questões só para os bons alunos. Só este pormenor justifica uma grande parte do insucesso existente em algumas disciplinas, designadamente na Matemática. Não deve haver a concentração de provas de avaliação em tão curto espaço de tempo.

Conclusão

Se não forem introduzidas estas e outras alterações no sistema de ensino, teremos no futuro: alunos apoiados pelas famílias, bem sucedidos academicamente mas pouco criativos; alunos deprimidos por não acompanharem as actividades lectivas como desejariam; alunos excluídos, por não terem quem os ajude a resistir a esta exploração intelectual. Do lado dos encarregados de educação, teremos pais ansiosos devido ao insucesso dos filhos ou pais a dar o “litro” ou a pagar “balúrdios” em explicações, para garantir que os seus filhos tenham sucesso académico, o que não será o mesmo que ter sucesso na vida adulta.

Uma grande parte da culpa deste estado de coisas é da exigência artificial que tem invadido o sistema de ensino. Por exemplo, será que toda esta exigência, em torno da entrada para Medicina, selecciona os mais aptos para o exercício dessa profissão? Duvido que assim seja, e, a confirmar-se esta última hipótese, esta prática só tem prejuízos para toda a comunidade, por excluir porventura os mais competentes e seleccionar candidatos que não têm perfil. Exigência, não é o que estão a fazer com os alunos. Exigência, não é transferir o currículo e os métodos do ensino universitário para o ensino básico e secundário. Os países desenvolvidos não cometem esses erros. A actual situação do sistema de ensino Português, caracterizada pela artificial, elevada e desnecessária exigência, ao invés de promover a integração dos alunos na sociedade, só favorece a sua exclusão. Mais tarde, será toda a comunidade a pagar este custo.

Os factos descritos levam-me a concluir que existe uma clara exploração intelectual de menores. Se virmos uma criança a transportar uma mochila pesadíssima para a escola, pensamos logo que ela está a ser fisicamente violentada. No entanto, se olharmos para “dentro”, com olhos de ver, concluiríamos que ela está também a ser explorada intelectualmente, só que isso é mais difícil de ver e de provar.

Esta cultura de pseudo exigência enfraquece os “fortes” (normalmente os que têm mais dinheiro) e dá “cabo” dos “fracos” (os que têm menores recursos). A ideia de que a escola é aberta a todos e de que a todos cria uma igualdade de oportunidades permite responsabilizar e culpabilizar a criança neste seu insucesso escolar (Roazzi e Almeida, 1988) desculpabilizando todo o sistema e impedindo um debate sério sobre as várias causas do insucesso escolar, pois é nossa convicção que este é multifactorial ou seja sistémico.

O insucesso escolar dos indivíduos em vez de diminuir as diferenças sociais pode mantê-las ou até agravá-las devido ao facto de promover a exclusão das classes mais desfavorecidas. As economias paralelas e subterrâneas, designadamente a proliferação de unidades de produção clandestinas que se tem verificado em Portugal absorvem o

insucesso (Roazzi e Almeida, 1988).

Terminamos com a seguinte questão: será que a escola ao invés de permitir ao indivíduo uma plena integração social, uma capacidade para mudar a sua história de vida, um meio para poder melhorar o seu estatuto social de base, uma forma de se integrar na sociedade, uma via para desenvolver plenamente o seu potencial, está sobretudo a criar uma condições para que cada um se vá integrar apenas no espaço social de onde normalmente proveio?

Bibliografia

Afonso, A. (1988) Insucesso, socialização escolar e comportamentos divergentes: uma abordagem introdutória. Revista Portuguesa de Educação, Vol.1, nº2 (41-52)

Canavarro, J. (2004) Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar Eu não desisto. Lisboa: Ministério da Educação/Ministério da Segurança Social e do Trabalho.

CIDE (2002). El Sistema Educativo Español. Ministério de Educación e Ciência. Centro de Investigación y Documentación Educativa. www.mec.es/cide/jsp/plantilha.jsp?id=pubo1.

Cunha, A. (1999). "Electromagnetismo" – Sua abordagem em manuais escolares de 12º ano. In Castro, R., Rodrigues A., Silva, J. e Sousa, M. (Coord.) (1999). Manuais Escolares – Estatuto, funções, história. Braga: Instituto de Educação e Psicologia. Universidade do Minho, 221-231.

Duarte, M. e Pereira, A. (1999). O manual escolar como facilitador da construção do conhecimento científico – o caso do tema "Reacções de Oxidação-Redução" do 9º ano de escolaridade. In Castro, R., Rodrigues A., Silva, J. e Sousa, M. (Coord.) (1999). Manuais Escolares – Estatuto, funções, história. Braga: Instituto de Educação e Psicologia. Universidade do Minho, 367-374.

Mascaro, J. (2002). Biología y Geología 3º. Madrid: Santillana.

Precioso, J. (1999). A Educação para a Saúde na Escola: um estudo sobre a prevenção do hábito de fumar. Braga: Minho Universitária.

Roazzi, A. e Almeida, L. (1988) Insucesso escolar: insucesso do aluno ou insucesso do sistema escolar?. Revista Portuguesa de Educação, Vol.1, nº2 (53-60).

Re:Medidas e Metas para a Educação

Afixado por Maria Paula - 17/12/06 20:12

Caríssimos colegas participantes neste debate nacional sobre educação

Sou mãe, encarregada de educação atenta e preocupada, de dois jovens de 15 e 16 anos que frequentam o 10º e 11º ano escolaridade no ensino oficial (fizeram-no desde o 1º ano do ensino básico).

Gostaria de vos afirmar a minha enorme admiração pela dedicação e profissionalismo de alguns (muitos) professores que acompanharam os meus filhos suas vidas escolares. Estou convencida, que muitos pais e mães deste país poderão dizer o mesmo, tal como estou convencida que uma grande percentagem dos pais acompanham preocupadamente o trajeto escolar dos seus filhos, tal como penso que os nossos alunos se esforçam alguns deles muitíssimo mais do que nós com as suas idades (estou à vontade na comparação porque sempre fui uma aluna responsável e com bom rendimento escolar).

Gostaria de vos assegurar que vivo em Portugal e não sofro de qualquer patologia que interfira com a percepção da realidade que me rodeia.

Sou uma fã do esforço, cultivo a exigência e admiro a disciplina.

Tenho-me esforçado por transmitir aos meus filhos estes valores, tal como lhes tenho falado do perigo das generalizações e das "rótulos".

Não sou professora nem estou profissionalmente ligada de nenhum modo à prática do ensino; sou "só" mãe, mas ousou pensar e falar de educação, e não gosto que o façam por mim.

Desejo para os meus filhos o melhor. Exijo "qualidade" mas tenho a consciência que eles (mais, muito mais que nós!) dependem da "quantidade". Não vivo obcecada com "professores fixes", e desprezo a "balda". Não vejo incompatibilidades entre disciplina e tolerância tal como me parece possível, ser "fixe" e ser competente simultaneamente.

Vão-me desculpar a imodéstia, mas sinto-me capacitada a dar opinião sobre a maioria dos professores dos meus filhos.

Assumo a parcialidade deste acto e acho absurdo que possa ser a base de uma avaliação da carreira de um docente, mas perdoem-me a arrogância: a opinião dos pais (e acréscimo dos alunos) não pode servir para nada?

Assisti algumas vezes a excelentes professores serem preteridos por outros, com melhores currículos de "tempo de serviço" e "experiência" (leia-se idade).

Agrada-me a ideia da participação positiva dos pais (a negativa é mais susceptível de ser parcial) na vida escolar e

entristece-me a desconfiança com que sistematicamente pais e professores se olham. Como comecei por afirmar, tenho encontrado ao longo do percurso escolar dos meus filhos excelentes aliados que me têm ajudado muito, nesta difícil e gostosa tarefa que é educar. Sinto que todos saímos a ganhar desta união de esforços e não vejo razão para este sistemático esgrimir de argumentos. Trazer os pais à escola e ter neles um interlocutor privilegiado não traz nenhum mal ao mundo. Chamar os pais à escola para lhe aplicarmos multas não é a meu ver uma estratégia vocacionada ao sucesso. Os pais terem opinião sobre os professores dos seus filhos, assusta e cria reservas, a ideia dos professores serem avaliados por professores universitários, é sugerida e bem querida! Sem querer ofender susceptibilidades, e baseada na minha experiência académica numa das faculdades mais desejadas deste país, não vejo nos professores universitários competências pedagógicas excepcionais, acho mesmo que pedagogicamente teriam alguma coisa a aprender com os seus examinados (que me perdoem as excepções). Não precisamos de estar sempre de acordo, mas é importante, nesta caminhada, sabermos ouvir os nossos parceiros e confiarmos nas suas intenções para que possamos andar lado a lado e contribuir assim para sucesso dos nossos jovens. Um lamento final para a pouca participação dos pais ("só pais") neste fórum. Receio que se tenham deixado convencer que a educação é só para licenciados em ensino ou mestrados em educação.

=====

Re:Medidas e Metas para a Educação

Afixado por sequeira - 28/12/06 21:12

Até aqui como cidadão que se preocupa positivamente e procura participar construtiva e democraticamente num debate que interessa muito seriamente ao futuro dos seus e do seu país dei pontualmente a minha opinião. Foi uma opinião de um cidadão com 61 anos de idade, com frequência do ensino superior e ex-bancário. Também a dei como pai de um filho com 32 anos que tive de acompanhar e tentar ajudar enquanto e onde pude e soube mesmo quando e já no ensino superior. É Designer de Comunicação formado no ESAD. Será uma opinião com lacunas e quiçá menor conhecimento das realidades actuais em certas áreas, mas reflecte certamente a preocupação de um pai sujeito no seu tempo a um ensino bem melhor e muito mais exigente que viu o seu filho crescer e formar-se num ensino fraco, demasiado tolerante, pouco eficaz onde grassavam os mercenários do ensino e donde saiu com imensas lacunas que em casa não tive a menor possibilidade de eliminar! Por estranho que pareça é um Designer que muito pouco foi ajudado a desenvolver-se em Desenho durante a sua formação desde a primária, que mal deu Geometria até chegar ao complementar! Foi obrigado a frequentar física e matemática no técnico-profissional de artes gráficas dadas como se do ensino normal se tratasse (o que era incorrecto e ilegal), disciplinas essas que de nada lhe serviram no seu curso superior. Em contrapartida não teve francês que lhe veio a fazer falta porque no superior mandavam-lhe ler e estudar livros em línguas estrangeiras! É que os tais catedráticos não se dão ao trabalho de traduzir livros e muito menos fazer sebtas em português, mesmo quando se trata de ajudar os alunos nocturnos trabalhadores estudantes. Assim, permanece com alguma dificuldade em redacção em português correcto, não adquiriu o hábito de trabalho e de auto-controlo, disciplina e custou-lhe imenso ter que investigar, tirar apontamentos e fazer resumos dos livros lidos. Valeu-lhe o facto de o curso ser muito mais prático que teórico! Ao longo da sua formação tive que gastar fortunas com explicações para, mesmo assim, ter tido muita dificuldade em formá-lo! Gostaria que outros pais no futuro não tivessem tantas dificuldades e que os alunos do futuro não cheguem ao superior com tantas lacunas e matérias por dar!

Metas – Há que exigir-se excelência aos alunos para bem do seu futuro dando-lhes boas condições, bons meios e professores quase missionários!

Medidas – Há que expurgar do ensino os maus professores, os mercenários do ensino, aqueles que só exigem promoções automáticas e se não querem sujeitar a avaliação, nem ao cumprimento de objectivos! Não é justo que só ao trabalhador têxtil e a outros manuais se exija que fabrique um determinado número de peças por hora. Bem sei que a matéria prima humana é mais difícil de orientar e dela obter resultados. Mas para isso é que o professor é doutor, deve ter formação pedagógica e psicológica! É por isso que ganha muito mais, que tem um estatuto social melhor e mais férias! Como diz o lema do comunista que entendo dever aplicar-se “a cada um segundo as suas necessidades e de cada um segundo as suas capacidades”! Por último, a educação e formação deve ser uma responsabilidade da sociedade, isto é, de todos; Estado, escolas, professores, pais, faculdades, empresas, entidades formadoras e, claro, pelo menos a partir de dada altura, também dos alunos!

=====

Re:Medidas e Metas para a Educação

Afixado por sequeira - 03/01/07 00:01

Este será certamente o meu último contributo para este debate que considero deveras importante e que, a meu ver, deveria ter contado com uma participação massiva. Parece-me que tal não foi inteiramente conseguido até porque de há

uma grande temporada para cá deixou de ser publicitado na TV através da qual fui eu próprio motivado! Ainda faltam alguns dias para o termo do debate pelo que me atrevo a sugerir a quem de direito tentasse de novo a publicidade na TV.

A propósito deste debate tenho em meu poder um recorte do JN de 22-08-04, domingo. Trata-se de uma entrevista dada pelo Bastonário da Ordem dos Engenheiros, Fernando Santo, ao jornalista J. A. Sousa que lhe deu o título – Engenheiros-Bastonário contra o excesso de cursos de Engenharia (310) nas universidades portuguesas- seguindo-se-lhe o verdadeiro título em letras enormes “HÁ EM PORTUGAL UMA CULTURA DO FACILITISMO” ... esclarecendo-se mais além no texto onde... no acesso às escolas. Mais diz que as notas dos exames de acesso às faculdades apenas contam 30% para a média global. E porque assim é, as famílias com maiores recursos (ver caixa) recorrem ao ensino privado nessa etapa prévia ao ensino superior. Conseguir notas mais altas, com o objectivo claro de entrar numa universidade pública, é o fito. E isto porque o mercado dá maior e justo (?) reconhecimento a quem se forma nelas. Aqueles que são mais exigente e que fazem um maior esforço acabam por ser prejudicados. Dos 310 cursos de engenharia apenas 97 estão acreditados pela Ordem dos Engenheiros. Assim, os engenheiros destes cursos entram na Ordem sem exame de admissão e os outros têm que se sujeitar a um exame na Ordem. E o que é que acontece na prática? Enquanto o sector privado acaba por escolher os alunos muitas vezes em função da escola de origem, quando chegamos à Função Pública ou às Câmaras, as notas geralmente são um dos elementos fundamentais para a admissão. Isto significa que há licenciados em engenharia a produzir actos de engenharia que o Estado não exige sejam feitos por membros da OE, ao contrário dos empregadores privados. Entretanto, na tal caixa atrás referida que tem o título “Alunos com posses têm mais hipóteses no ensino público” diz-se:

-Serão afinal as universidades privadas mais frequentadas por alunos provindos de famílias com maiores recursos? “Consta é que nas universidades públicas acabam por estar muitos mais alunos de famílias com mais recursos, e que nas privadas acontece o inverso”, responde Fernando Santo. E explica: “As famílias que têm mais poder económico podem pagar os colégios, onde parece ser mais fácil obter melhores notas, e por conseguinte aumentar a probabilidade de esses alunos entrarem para as universidades públicas... Os outros saem prejudicados mesmo tendo melhores qualidades como alunos, e acabam, como última alternativa, por ter de ir para as privadas. Ora esta é uma inversão total do sistema, baseado numa forma de vender facilidades”. Dar a volta a este estado de coisas poderia passar por “alterar o peso das médias” e verificar a qualidade do ensino. NOS ANOS 60, PARA ENTRAR PARA O IST, A FASQUIA ERA DE 14 VALORES E NÃO DE 9,5, aponta o bastonário.

Ora aqui está um assunto premente que terá a ver com medidas e metas e com o que já afirmei algures sobre a exigência do ensino antes do 25 de Abril. Por outro lado, não há dúvida que é um sistema invertido, deturpado, quiçá desonesto, que atira os alunos economicamente mais fracos para as privadas onde pagam fortunas. Os seus pais, para além disso, pagam dos seus impostos também para os do público lá andarem a pagar uma ninharia comparativamente e na hora da verdade, a das candidaturas a emprego, ainda por cima os ricos do público são os preferidos!?!? Quem pode achar isto justo e correcto? Nestes casos, que se devem estender a universidades de outras áreas do conhecimento, há que terminar de uma vez por todas com esta espécie de vigarice legal acabando com a possibilidade de se subverter o acesso ao ensino superior público dando-se tacitamente mais probabilidades de entrar aos alunos ricos dadas as notas conseguidas nos colégios particulares! Depois haverá que se exigir às privadas ensino capaz leccionado por verdadeiros doutorados (não os fraudulentos aprovados nas suas teses por não doutorados) de tal modo que o mundo do trabalho deixe de ter razões fundadas para preferir os formados no ensino superior público! Afinal a igualdade de acesso ao ensino superior está totalmente deturpada e os menos abonados continuam em pé de inferioridade face aos que vão para o público de Jeep e ou BMW. Urge, pois, repor a justiça e a igualdade de oportunidades seja lá como for!

Espero que este debate para o qual humildemente e com saber limitado tenho tentado contribuir positiva e construtivamente venha a servir muito de base para uma melhoria substancial da qualidade do ensino em Portugal a todos os níveis. Faço sinceramente votos para que o meu neto ou minha neta, que espero Deus me conceda, venha a ter a possibilidade de frequentar um ensino renovado, mais justo e eficaz, de modo a tornar-se um cidadão capaz, produtivo, disciplinado e disciplinador, responsável, honesto, de princípios e valores éticos e morais!

Para terminar acho que a educação e a formação dos cidadãos são responsabilidade de toda a sociedade e não somente do Estado e ou dos professores incluindo todos os meios de comunicação, rádio, TV, Internet, etc. Contudo, não me venham dizer que educar é uma função essencialmente exclusiva dos pais! Dizer isso é, no meu entender, quase uma sacanice sem tamanho! Também é, mas não só! Primeiro foi a sociedade boa ou má que educou e formou os pais melhor ou pior! Segundo, a sociedade não tem dado aos pais uma grande parte dos conhecimentos que eles precisam muito de ter para poderem exercer a sua função de educadores de forma competente e eficaz! Terceiro, para se lhes poder exigir muito mais então teremos muito que intervir em sua protecção junto dos empregadores, temos que lhes dar apoios sociais e salários à altura, habitação condigna, chorudos prémios por cabeça de filho, como na Alemanha, permitir até que um dos pais (mulher ou homem) fique em casa com um salário decente previamente estipulado exclusivamente para cuidar dos filhos até uma certa idade como se faz em alguns países! Em quarto e último lugar, haverá que organizar cursos gratuitos, mas obrigatórios, para futuros pais que seriam exigidos como condição sine qua non para se casarem e ou receberem o abono de família, os prémios por cabeça de filho e outras ajudas pecuniárias pontuais! Depois de tudo isto conseguido então sim responsabilizemos muito mais os pais.

Todos sabemos que o apoio à paternidade é miserável só faltando dizer-se que o movimento contra a despenalização do aborto é um meio de apoio à maternidade eficaz e verdadeiramente responsável em termos de futuro para o ser humano vindouro que crescerá num mundo cão sabe Deus como e para vir a ser o quê na sociedade!

Re:Medidas e Metas para a Educação

Afixado por sequeira - 09/01/07 21:01

Metas e medidas

A cada passo vou dizendo que esta é a minha última intervenção, mas o facto é que à medida que vão surgindo notícias e ou informação sobre educação sinto-me no dever de voltar a participar! Se não puder ou souber dar grandes soluções dadas as minhas limitações de vária ordem, pelo menos chamo a atenção para problemas actuais carentes de solução urgente enriquecendo a discussão na procura de metas e medidas!

Todos conhecem certamente a revista Notícias Magazine que sai aos domingos juntamente com o J.N.. A revista propriamente dita é duma maneira geral muito interessante e traz sempre assuntos e esclarecimentos que poderão uns mais outros menos, mas a muita gente curiosa de saber! Há um cronista que se intitula Zé de Bragança que tem normalmente umas intervenções muito independentes e até às vezes deveras frontais que me agradam especialmente! Desta vez, no domingo passado, dia 7-01-07, intitulou o seu texto "Educação cívica". Vou passar a transcrever algumas parcelas para poder realçar melhor o assunto onde quero chegar e para que se perceba que não sou só eu a pensar assim!

Educação cívica

É já lugar-comum afirmar que a sociedade contemporânea vive um pouco à deriva no que respeita aos valores matriciais da sua organização. O individualismo emergente, (:::), vai paulatinamente substituindo o travejamento moral que suportou a vida colectiva europeia durante o último século, traduzido numa multiplicidade de comportamentos e atitudes cívicas que se iam transmitindo através da sucessão das gerações.

Não falo nas regras de cavalheirismo, (:::). Mas falo das normas elementares de convivência social que entraram em lamentável e preocupante desuso. Dou exemplos. Alguém dá o lugar num transporte público a um idoso? Todos olham para o lado evitando vê-lo. Alguém se inibe seja do que for mesmo incomodando outras pessoas? (:::) Quem se dispõe a respeitar os espaços comunitários, tratando-os com o zelo e o cuidado próprios do possuidor exclusivo? Excepções raras. Pessoas incomuns.

Passeie-se pela cidade. Qualquer cidade. (:::) Ver-se-ão cidadãos a escarrar violentamente para o chão; ou (:::); ou condutores que se estão nas tintas para as regras da prioridade, para as passadeiras e para os peões. Quem não queira fazer este exercício confine-se ao restrito âmbito do seu condomínio. O saco do lixo que o vizinho do terceiro esquerdo depositou no patamar ali ficará até feder. (:::) A lâmpada do hall do prédio fundiu e fundida ficará até que a administração a mande substituir. As assembleias reúnem com presença de um número insignificante de condóminos. (:::) Não se pense que este exacerbadíssimo individualismo afecta apenas a vida comunitária. (:::) O pai faz a sua vida. O mesmo se diga da mãe. E, finalmente, os filhos que assim crescem olhando para si e vivendo em função de si próprios. Os avós, esses, estão convenientemente depositados num lar. Não incomodam mais do que a visita quinzenal a que a decência obriga.

Tudo isto tem dois nomes alternativos. Feios ambos. O primeiro, desactualizado, chama-se falta de respeito pelos outros. O segundo, politicamente incorrecto, designa-se por falta de educação.

A culpa? Essa é, obviamente, de todos. Mas principalmente da escola. Não cumpriu o seu dever. Quer com os alunos, quer com as famílias. Não educou cidadãos. Gerou seres egocêntricos que, a prazo, serão vítimas do seu isolamento. Não se espere que os filhos sejam melhores que os pais, nem que os professores ensinem o que não aprenderam!«

Estou quase na totalidade de acordo com ele e nem sempre me sinto melhor que os demais, mas entendo que a culpa é muito mais da sociedade em geral, ou seja, de todos nós que nos vamos acomodando. A maior parte das pessoas do meu tempo (50/60 anos) e mais novas (30 e tal /50) com a revolução foi perdendo valores, referências que não foram substituídos por outros melhores. Em vez de uma liberdade dentro da máxima responsabilidade, as pessoas parecem ter assumido uma espécie de liberdade anárquica, um hedonismo quiçá exagerado e um certo egocentrismo, não obstante os activistas partidários e movimentadores políticos! A moral e a ética levaram um grande abanão. A adaptação à liberdade foi um tanto difícil, julgo que se terá instalado uma certa confusão de ideias, os extremismos exacerbaram-se, as filosofias e psicologias alteraram-se na buscas de maiores facilidades, tolerâncias e hoje em dia a sociedade está a querer acordar de um sonho! Aí a realidade nua e crua impõe-se e há que rever, reconsiderar, reorganizar, unir, disciplinar, ponderar seriamente e tomar novas e drásticas atitudes. Todos temos que repensar, que melhorar e, como já se disse algures, aprender a aprender com as lições do passado e do presente que nada de muito bom perspectiva em termos de futuro! Assim, todos aqueles que tiverem hipóteses de melhorar a sua capacidade de educar bem têm de o fazer e aqueles que tiverem o poder de auxiliar a nossa juventude a melhorar de vida têm a obrigação de o fazer. Quem não aprendeu pode muito bem reflectir e reaprender para ser efectivamente muito melhor a ensinar. A sociedade tem de proteger urgentemente a natalidade e apoiar os pais de todas as formas para depois então lhe poder exigir mais e melhor na sua função de pais. Os empregadores têm que pagar melhores salários e dar muito mais estabilidade aos trabalhadores, os professores não se podem distanciar, nem alhear da função que também lhes é inerente que é educar! Ensinar deve ser entendido como uma missão da qual faz também parte a educação tendo que ser assumida no seu todo como única forma de melhorar o futuro deste país. Há na realidade uma certa apatia na actual sociedade, parece até que a maioria se acomoda e aceita como natural a precariedade quase geral dos empregos e a instabilidade a começar

estranhamente pelo governo que não parece muito interessado a dar o exemplo! Só porque se diz que é um problema global não haverá nada a fazer? Pelo contrário, eu acho que há, embora seja preciso mobilizar vontades, aproveitar todos os esforços e saberes, unir as pessoas, mesmo as desencantadas, em torno de um movimento de recuperação do tempo perdido a sonhar e a derivar!

De contrário, aquilo a que eu tenho chamado de “Contra Revolução Silenciosa” implantar-se-á. Os pobres e os fracos serão oprimidos e explorados como o foram há já umas dezenas de anos! Os ricos e os poderosos cada vez farão mais o que lhes der na real gana! Será a isso que teremos de chegar, novos tempos salazarentos, para ganhar juízo? Mas atenção, porque nessa altura dificilmente teremos de novo uns capitães de Abril para nos conduzirem de novo à liberdade!

=====

Re:Medidas e Metas para a Educação

Afixado por isabelazinhais - 21/01/07 19:01

Não sei se os intervalos são assim tão úteis... tive a oportunidade de visitar algumas escolas secundárias europeias onde o regime de intervalos era muito diferente do nosso, os alunos mantinham-se na mesma sala, toda a manhã e os professores é que se deslocavam para lá, se era uma aula específica seguiam para a sala com o professor. Na sala tinham os livros de estudo que não levavam para casa. Tinham apenas um intervalo de 30 minutos a meio da manhã. À tarde não havia aulas, mas actividades de diversa natureza, projectos etc. Não havia confusão nos corredores e era tudo calmo e pacífico. Claro que isto implica escolas com alguns recurso e sobretudo muita organização, mas o tempo dos alunos e professores melhor aproveitado ficando com mais tempo de convívio.